



HAMLET E A MODERNIDADE: A CRISE NA TEOLOGIA POLÍTICA MEDIEVAL E NO REINO DA DINAMARCA

HAMLET AND MODERNITY: THE CRISIS IN MEDIEVAL POLITICAL THEOLOGY AND THE CRISIS IN THE KINGDOM OF DENMARK

"The body is with the King, but the King is not with the body. The King is a thing" (SHAKESPEARE, 2016, 4.2.25)¹

Matheus Vinícius Aguiar Rodrigues²

² Graduando pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD/UnB). Email: aguiarmr10@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0202392936547091>; LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/matheus-rodri-gues-714528118/>

Resumo

Este artigo, por meio de uma simbiose entre Direito, História e Literatura, busca indicar os indícios da modernidade em Shakespeare, mormente na obra de "Hamlet". "Ser ou não ser?, eis a questão", "o rei morreu, vida longa ao rei", e a própria epígrafe deste trabalho mostram passagens em Hamlet que ilustram, concomitantemente, uma ideia do corpus mysticum e a crise na teologia política medieval, a partir da qual despontará a modernidade e o "eu" moderno. William Shakespeare conhece e se utiliza da noção dos Dois Corpos do Rei. Em Hamlet utiliza essa noção para demonstrar uma crise política fictícia no Reino da Dinamarca: a crise na legitimação e na sustentação do monarca absolutista. Hamlet é vanguarda na percepção da sociedade política àquela época. Shakespeare é arte. E a arte sempre será precursora na percepção das transformações do mundo. A vida parece imitar a arte.

Palavras-chave: Dois Corpos do Rei; Teologia Política Medieval; William Shakespeare; Hamlet; Modernidade.

Abstract

Through a symbiosis between Law, History and Literature, this article seeks to indicate signs of a modernity in Shakespeare, especially in "Hamlet". "To be or not to be?", "The body is with the King, but the King is not with the body. The King is a thing", "Long live the King", "Something is rotten in the state of Denmark", "King died. Long live the King" are excerpts in Hamlet that illustrate an idea of the corpus mysticum and the crisis in medieval po-

litical theology, from which modernity and modern individual will emerge. William Shakespeare knows and uses the notion of the King's Two Bodies. In Hamlet he uses this notion to demonstrate the political crisis in the Kingdom of Denmark, the crisis in the legitimation and support of the absolutist monarch. Hamlet is vanguard in the perception of the political society at that time. Shakespeare is art. And art will always be a precursor in the perception of the transformations of the world. Life imitates art.

Keywords: King's Two Bodies; Medieval Political Theology; William Shakespeare; Hamlet; Modernity.

1. Introdução

Esse trabalho se vale do paradigma indiciário³ na análise de uma obra literária. Não há a possibilidade de acessar diretamente o contexto histórico na qual Shakespeare possa ter escrito a obra "Hamlet", no entanto, a partir dos indícios/sinais identificados na peça, é possível, ao menos, tangenciá-lo.

Numa abordagem multidisciplinar, entre o Direito, História e a Literatura Shakespeariana (mormente, "Hamlet"), iremos mostrar indícios na obra que ilustram uma teologia política medieval que entrará em crise no século XVII. Desse modo, a emergência da modernidade⁴ já é apontada na obra, por meio de pequenos indícios e sinais. Esse trabalho se propõe a apontar alguns destes, tentando ilustrar o contexto político e social no qual Shakespeare se encontrava.

Inicialmente, com uma 1) breve síntese da obra, intenta-se situar, ainda que temporalmente, o leitor ao longo do trabalho. Em seguida, iremos apontar as 2) características da teologia política medieval, mormente a concepção dos "Dois Corpos de Rei". Valendo-se do enredo da obra, iremos indicar, ao fim, 3) a crise dessa teologia política e

³ "A partir do paradigma indiciário, Ginzburg indicou uma nova maneira de fazer História, alimentando a ideia de transgredir as proibições da disciplina e ampliando seus limites, em uma abordagem que privilegia os fenômenos aparentemente marginais, intemporais ou negligenciáveis: as estruturas arcaicas e os conflitos entre diferentes configurações sócio-culturais. Uma abordagem capaz de remontar uma realidade complexa, não experimentável diretamente, que parte da análise de casos bem delimitados, cujo estudo intensivo revela problemas de ordem mais geral e contesta idéias solidificadas sobre determinados fatos e épocas." (TINEM; BORGES, p. 1, grifo meu).

¹ "O corpo está com o rei, mas o Rei não está com o corpo. O rei é uma coisa" (tradução livre).



os indícios do despontar do que seria cunhado, posteriormente, como modernidade. A arte sempre está na vanguarda na forma como se percebe o mundo, e Shakespeare, sobretudo em “Hamlet”, é a prova disso.

2. Breve síntese de Hamlet, a tragédia do Príncipe da Dinamarca

A tragédia do Príncipe Hamlet, escrita pelo inglês William Shakespeare por volta de 1600 d.C, se passa no Reino da Dinamarca, embora grande parte de suas referências situam o ambiente socioeconômico do autor, o Reino Inglês. A obra aborda a história de um Príncipe que busca vingar a morte do seu pai e ex-Rei, que fora executado pelo tio do Príncipe Hamlet, Claudius. Este, então, casa-se com a viúva Gertrude, rainha e mãe de Hamlet, para se tornar o novo Rei da Dinamarca.

A obra se inicia com os sentinelas do Castelo Real da Dinamarca buscando convencer Horatio, amigo do príncipe, de que eles teriam visto o fantasma do Rei morto. Após Horatio se encontrar com o fantasma, Hamlet decide ir ao encontro dele. O Fantasma revela, então, que fora morto pelo seu irmão Claudius e pede que Hamlet vingue sua

⁴ Como modernidade, adota-se a concepção de Alain Touraine (1994) no qual se entende a modernidade como a emergência de uma racionalidade que substitui Deus e a teologia pela ciência, como responsável pela descrição dos fenômenos e da realidade. Nesse sentido, destaco: “A ideia de modernidade substitui Deus no centro da sociedade pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada. Não basta que estejam presentes as aplicações tecnológicas da ciência para que se fale de sociedade moderna. É preciso, além disso, que a atividade intelectual seja protegida das propagandas políticas ou das crenças religiosas, que impessoalidade das leis proteja contra o nepotismo, o clientelismo e a corrupção, que as administrações públicas e privadas não sejam instrumentos de um poder pessoal, que vida pública e vida privada sejam separadas, assim como devem ser as fortunas privadas do orçamento do Estado ou das empresas” (TOURAINÉ, 1994, p. 18, grifo nosso). Em complemento, em outra passagem, também destaco: “A ideia de modernidade está portanto estreitamente associada à da racionalização. [...] Mas a racionalidade se reduz à racionalização? É ela a história dos progressos da razão, que são também os da liberdade e da felicidade, e da destruição das crenças, dos pertences, das ‘culturas tradicionais’? A particularidade do pensamento ocidental, no momento da sua forte identificação com a modernidade, é que ele quis passar do papel essencial reconhecido à racionalização para a ideia mais ampla de uma sociedade racional, na qual a razão não comanda apenas a atividade científica e técnica, mas o governo dos homens tanto quanto a administração das coisas. Tem esta concepção um valor geral ou ela nada mais é que uma experiência histórica particular, mesmo que a sua importância seja imensa? É preciso inicialmente descrever esta concepção de modernidade da modernização como criação de uma sociedade racional.” (TOURAINÉ, 1994, p. 18, grifo nosso). Essa noção de modernidade, enquanto condutora do governo e da administração das coisas, é vista de forma inteligível com o rompimento da noção dos “dois corpos do rei”, que será desenvolvida ao longo desse trabalho. Ademais, é ainda no despontar da modernidade que concepções antropocêntricas irão influenciar os estudos científicos e filosóficos, no século XV e XVI, dando azo ao “eu moderno”.

morte. Hamlet o assegura disso, que buscava essa vingança.

A partir de então, o príncipe passa a nutrir um sentimento de dúvida e incerteza, acerca da veracidade das afirmações do fantasma, nutrindo, ainda, um comportamento solitário que gerava preocupações nos membros da corte (como da sua mãe e rainha Gertrude, Polonius, conselheiro do Rei Claudius, Ophelia, filha de Polônio e que passa a ser cortejada por Hamlet ao longo do enredo, e Laertes, filho de Polônio).

É a partir desse contexto que o enredo passa a explorar temas como a traição, a vingança e a corrupção no reino da Dinamarca. Neste trabalho, selecionaremos determinadas cenas para ilustrar supostos indícios da crise na teologia política medieval. Antes, não obstante, passaremos a aduzir sobre determinados aspectos que a caracterizam, como a noção dos “Dois Corpos do Rei”.

3. Teologia política medieval

Entender a teologia política medieval é essencial para compreender as características do período subsequente (a Idade Moderna, época em que “Hamlet” fora publicada). Entretanto, é necessária uma breve digressão para entender a concepção orgânica que se formava na Igreja, sobretudo na doutrina corporativa do papa Bonifácio VIII.

A teologia possui um marco importante: o Concílio de Niceia. Entre 20 de maio a 25 de julho de 325 d.C, bispos de todas as regiões do mundo se reuniam para discutir questões importantes à religião. O Concílio Ecumênico fora realizado com o apoio (financeiro e logístico) do imperador Constantino, que, após unificar o Império Romano, em 324 d.C, desejava também que a Igreja estivesse unida. Entre as principais discussões, estava as interpretações dos textos do apóstolo Paulo (sobre a concepção orgânica da Igreja) e os seguintes questionamentos: a Igreja seria o corpo de Cristo? Cristo era homem e Deus ou, apenas, um homem inspirado por Deus?

O bispo Ário, junto com seus simpatizantes, defendiam essa natureza não divina de Cristo. Diante da exposição dos motivos dessa posição pelo bispo Eusébio de Nicomédia (partidário de Ário), os demais bispos entenderam que essa ideia era uma confusão muito grande, que negava a verdadeira fé e ensinamentos recebidos dos Apóstolos. Todos os bispos Conciliares (com exceção de Ário e Eusébio de Nicomédia), afirmaram: Cristo era homem-Deus e a Igreja era o corpo de Cristo. Nesse sentido, redigiram o Credo Niceno-Constantinopolitano, rezado até hoje pela Igreja Católica. Neste, afirma-se, dentre outras coisas⁵:

⁵ Uma explicação mais detalhada acerca do Concílio de Niceia pode ser lida no site <<http://opusdei.org.br/pt-br/article/o-que-aconteceu-no-concilio-de-niceia/>> Acesso em 4 de fev 2017.



"[...]Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho Unigênio de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado não criado, consubstancial ao Pai. [...]"⁶

É com nessa concepção firmada que a teologia política medieval irá se desenvolver. A noção de *corpus mysticum*, antes relacionada com a hóstia sagrada e o sacramento da Eucaristia, serve, após o sec. XII, para descrever o corpo político da Igreja Católica (Cristo é a cabeça e a Igreja o corpo). A natureza de Cristo (humana e divina) se torna um debate secundário, dando proeminência à doutrina corporativista dos Dois Corpos de Cristo: um, natural individual e pessoal, e o outro místico, corporativo e coletivo, entendido aqui já como uma pessoa mística.

Tomás de Aquino, com muita frequência, utilizou o termo *corpus mysticum*, "o corpo místico da Igreja". Até então, o costume havia sido falar da Igreja como o "corpo místico de Cristo" (*corpus Christi mysticum*) que apenas faz sentido em termos sacramentais. Agora, no entanto, a Igreja, que havia sido o corpo místico de Cristo, tornava-se um corpo místico por próprios méritos. Ou seja, **o organismo Igreja tornava-se um 'corpo místico' em um sentido quase jurídico: uma corporação mística** (KANTOROWICZ, 1998, p. 166, grifei).

Esse conceito, inicialmente litúrgico (*corpus Christi*⁷), torna-se, portanto, um conceito organológico e jurídico.

Acima de tudo, essa noção originalmente litúrgica, que antes se prestava a exaltar a Igreja unida no Sacramento, começou a ser usada na Igreja hierárquica como um meio de exaltar a posição do papa-imperador, 'o primeiro Príncipe que move e controla a totalidade do Governo cristão' (KANTOROWICZ, 1998, p. 131).

Essa noção de *corpus mysticum*, já secularizada, que descrevia a Igreja, hierarquicamente, é transferida para outras unidades seculares. Além disso, é a partir dela que 1) os juristas, analogamente, iriam construir a noção de pessoa física (natural, ou o *corpus verum* de Cristo, tangível) e pessoa jurídica (*corpus fictum*, uma ficção criada pelo Direito)⁸. Essa noção, ainda, remonta aos escritos de Aristóteles, na ideia de um *corpus morale et politicum*, sendo concepções com grande influência nas analogias jurídicas: a ideia, bastante popular na Baixa Idade Média, de um casamento entre o príncipe com seu *corpus mysticum*.

Na Inglaterra, já num contexto diretamente conec-

tado com Shakesperare, a noção do *corpus mysticum* já era bastante conhecida. No entanto, parece ser aplicada de forma diferentes dos demais países europeus. O corpo místico do reino inglês, análogo à trindade santa, teria o rei, os lordes e os comuns em sua constituição. Não havia esse casamento, popular na idade Média, como descrito acima. A Inglaterra estaria mais próxima a um verdadeiro *dominium regale et politicum*, na qual o Rei (cabeça do reino) era ligado e mutuamente dependente ao Parlamento. (KANTOROWICZ, 1998, p. 143)

Henrique VIII, ainda, funda a Igreja Anglicana (um rompimento mais político do que religioso), fundindo os corpos políticos e espiritual. Ele tratava a Igreja como um simples *corpus politicum* e, dessa forma, apenas como uma parte do Reino Inglês.

Portanto, inegavelmente, a ideia do *corpus mysticum* é transferida a entidades políticas seculares, como na sociedade na qual Shakesperare se insere (o Reino Inglês, no século XVII). Essa concepção, característica da teologia política medieval, influencia diversos aspectos da cultura europeia, mesmo após o fim da Idade Média, como, por exemplo, na noção de suicídio (tema latente na obra "Hamlet"). Dessa forma, seguida a essa transposição política da concepção do *corpus mysticum*, diversos fatores culturais também são influenciados.

4. A presença da teologia política medieval no enredo de Hamlet

Em sendo uma concepção oriunda da teologia política medieval, a concepção dos Dois Corpos do Rei (um natural e moral; e outro jurídico, místico, imaterial e imortal), relacionada à concepção dos dois corpos de Cristo, como detalhado acima, certamente, era conhecida por Shakesperare e, em diversos indícios, está presente em "Hamlet". É uma concepção que ganha força no absolutismo e, somente com o início da modernidade, passa a ser alvo de críticas.

"Hamlet" já inicia com um traço dessa concepção, no início da peça, 1) momento no qual um dos sentinelas pretende se identificar, após a morte do Rei (Hamlet) e a coroação do seu irmão (e assassino) Claudius; Barnado: "Long live the King" (1.1.3). Esse pensamento e concepção ("O rei morreu. Vinda longa ao Rei") é uma influência direta dos "Dois Corpos do Rei". É o corpo do rei imortal, imaterial e místico que permite a continuidade da monarquia, mesmo após a morte de um monarca, porque o corpo místico da monarquia seria eterno.

Há, ainda, dois momentos em que essa concepção se manifesta na obra: 2) o relato do fantasma da morte do Rei Hamlet e no momento em que 3) Claudius reza, após a apresentação da peça do Assassinato do Gonzaga. Hamlet, no momento em que encontra o Rei rezando, tem uma das melhores oportunidades para executar sua vingança, no

⁶ Oração completa disponível em: <<http://www.catolicoorante.com.br/oracao.php?id=16>>. Acesso em 4 de fev 2017.

⁷ Que irá se desenvolver, agora, baseado na concepção de *corpus verum* (unindo o dogma da transubstanciação e da instituição da festa de Corpus Christi).

⁸ Nesse sentido, V. KANTOROWICZ, 1998, p. 134.



entanto, ele hesita, principalmente, por acreditar que Cláudio teria mais chances de ir ao céu, com uma morte naquela circunstância: o reforço da imagem simbólica do Rei, bem como a junção dos dois corpos (o natural, tangível e o místico) num momento de oração, faz com que Hamlet hesite na execução da sua vingança. Essa imagem contrasta com o relato do fantasma acerca da morte do Rei.

O fantasma, na cena V (do ato 1), reclama justamente pela falta desse reforço simbólico entre os dois corpos, já que seu assassino não deixou que o Rei (em seu corpo natural) se preparasse (por meio da confissão ou extrema-unção) para o “encontro com o juízo”. Ademais, o fantasma quer reforçar à Hamlet que ele perdeu a vida (corpo tangível), a coroa (corpo místico) e a Rainha (1.5.75), valendo-se da concepção dos Dois Corpos do Rei para reforçar a atrocidade cometida a ele. Nesse sentido, valho-me de alguns comentários de Júlio César Lemes de Castro (2010) acerca da obra, que, ao citar Lacan (e seus comentários no seminário VI, de sua obra), reforça essa concepção dos Dois Corpos do Rei na obra:

Na melhor oportunidade que, no desenrolar da trama, Hamlet tem para realizar seu intento, quando vê o rei sozinho, rezando, ele hesita por achar que, morrendo nessas condições, Cláudio teria mais chances de salvar sua alma. Aqui, a condição simbólica do rei é reforçada pelo vínculo simbólico que o ato de orar cria com Deus. E essa situação contrasta claramente com o testemunho do espectro sobre as circunstâncias de sua morte: ‘Ceifado em plena floração de meus pecados, impiamente, sem confissão, sem extrema-unção, sem preparação, minhas contas por fazer e enviado a juízo com todas minhas imperfeições na minha cabeça’. (CASTRO, 2010, p. 132, grifei)

[...]

Se a incumbência de vingar-se contra Cláudio paralisa Hamlet, acrescenta Lacan, ‘não é porque ele tenha medo dessa personagem, que despreza, mas porque sabe que o que ele tem de golpear é uma coisa diferente disso que está aí’. Quando ele afirma que ‘o corpo está com o rei, porém o rei não está com o corpo’, comenta Lacan, ‘é precisamente disso que se trata, ou seja, que o corpo está comprometido nesse assunto do falo - e como! -, mas que, ao contrário, o falo não está comprometido com nada, e sempre desliza entre os dedos’. O imaginário do corpo aparece aqui colado ao simbólico do falo. Assim, liquidar o corpo não basta, porque não equivaleria a liquidar o soberano. É apenas durante o duelo final com Laerte que Hamlet consegue apartar mentalmente Cláudio da posição que ele ocupa e atingi-lo de maneira fatal. (CASTRO, 2010, p. 133, grifei)

Dessa maneira, além da influência clara nas três cenas acima, a própria noção de suicídio na época (uma

temática também presente na obra, principalmente no monólogo do início do Ato 3 “To be or not to be”) é interpretada à luz da concepção dos “Dois Corpos do Rei”. O suicida cometia um ato criminoso não apenas contra Deus, mas também contra o Rei (que perdia um súdito e, em sendo ele a cabeça, enfraquecia-se em um dos seus membros do corpo). Dessa forma, o suicídio era um atentado à Deus (“Dois Corpos de Cristo”) e ao Rei (“Dois Corpos do Rei”). Vale ressaltar que, no meu entendimento, além de todas as reflexões existenciais, Hamlet parece pregar e entender o suicídio de uma nova forma, sobretudo após ter certeza das circunstâncias na qual seu tio se tonara Rei. Por que manter-se vivo, sendo um membro de um corpo místico que está corrompido? Com qual legitimidade o (falso) Rei pode querer isso do seu súdito?

[...] o suicida cometia um ato criminoso não só porque agia contra a Natureza e Deus, mas também (como salientavam os juristas da era Tudor) contra o rei “pelo fato de que ele [o Rei] perdia um súdito e, sendo ele a Cabeça, perdia um dos seus membros místicos”. [...] o suicida não prejudicava a si mesmo ou a outra pessoa, mas prejudicava a polis, a república - na linguagem cristã: o corpus mysticum, ou sua cabeça. (KANTOROWICZ, 1998, p. 167, grifei)

A possível vontade de se suicidar, aliado a uma vontade de não “querer ser” de Hamlet, já são indícios dessa crise na teologia política que despontará na modernidade. A violação do corpo do Rei e a “corrupção” no reino da Dinamarca indicam um modelo que, em breve, não será mais capaz de se sustentar. No entanto, se na seção anterior aduzimos a essas críticas que despontariam na modernidade, nesta gostaríamos apenas de afirmar que a concepção dos “Dois Corpos do Rei” está presente em “Hamlet”, em menor medida (caso se compara com “Henrique III”, por exemplo), porém, não despercebida. Nesse sentido, ao analisar a violação do corpo do Rei em “Macbeth”, Tatiane Portella indica que Shakespeare conhecia a noção dos dois corpos do Rei e, certamente, as utiliza em suas obras:

[...]William Shakespeare conhecia a concepção dos dois corpos sobre a natureza gêmea do rei e de sua independência de amparo constitucional. A sua arte revela os diversos planos em atuação no ser humano, colocando em conflito as personagens, umas contra as outras, confundindo-as ou mantendo-as em equilíbrio. O conceito jurídico dos dois corpos do rei não pode, portanto, ser ignorado na obra shakespeariana, pois, se por um lado a imagem curiosa se esvaíu do pensamento constitucional, ainda possui hoje um significado muito concreto, perpetuado na obra do dramaturgo inglês. (PORTELLA, 2014, p. 254, grifei)

6. Crise na teologia política e os indícios da mo-



Modernidade em Hamlet

A teologia política concebida na Idade Média irá ser questionada a partir da Modernidade (CASTRO, 2010). As revoluções do séc. XVIII (século das Luzes e do Iluminismo) irão propor a desincorporação do poder, ou seja, o poder passa a não ter ligação com nenhum dos Dois Corpos do Rei, buscando-se a legitimidade e a unificação da sociedade a partir da ideia de Estado e de nação.

O absolutismo, na história mundial, é tido como uma transição ao capitalismo, um passo intermediário que, ao eliminar os resquícios feudais, consolida o poder econômico burguês e possibilita, no futuro, a ascensão política dessa classe. Hamlet é uma obra que se insere nesse período e, portanto, como já fora aduzido, reflete uma teologia política construída ainda na Idade Média. No entanto, há indícios na obra que indicam a derrocada do absolutismo e dessa teologia política, suscitando uma crise na forma como se percebe o poder.

Ainda no ato I, Marcellus afirma: "Something is rotten in the state of Denmark" (1.4.90). O corpo político medieval está corrompido, pois o Rei fora assassinado e o sujeito ativo desse crime, naquele momento, que se apresenta como Rei. A própria legitimidade do poder, na monarquia inglesa, no contexto em que Hamlet é escrito, é invertida (a Igreja Anglicana se torna apenas uma estrutura dentro do Estado Inglês, sendo chefiada pelo próprio monarca). Dessa forma, diversos fatores reais e inerentes à própria peça fazem com que exista algo podre no "Reino da Dinamarca". Há algo podre/decadente nessa concepção e entendimento do poder no absolutismo.

Quando se afirma, ainda, que "The body is with the King, but the King is not with the body. The King is a thing" (4.2.25), além de mostrar a crise nessa teologia política medieval, Shakespeare, no limiar da modernidade, quer apontar uma nova forma de interpretar o poder. O Rei, como uma coisa, ocuparia um lugar simbólico, podendo ser retirado. O poder é desincorporado, ou seja, é negado um caráter "corpóreo" ao poder (próprio da concepção dos Dois Corpos do Rei).

Ou seja, na modernidade [...] há uma dissociação nítida entre os dois corpos do rei, a ponto de já não ser possível descrevê-los como tais. De um lado temos o centro do poder, puramente simbólico; de outro, o corpo propriamente dito, de cada agente em carne e osso que ocupa acidentalmente aquele lugar. A "revolução política" da modernidade significa 'um fenômeno de desincorporação do poder e de desincorporação do direito acompanhando a desaparecimento do corpo do rei' (CASTRO, 2010, p. 129, grifei)

No momento em que Luis XVI se nega a tocar os leprosos, num ritual de purificação (benção das escrófulas), a população se sente traída ("o Rei se recusa a abençoá-la). Esse seria o auge da crise dessa teologia medieval (qua-

se 150 anos depois da peça), nas vésperas da Revolução Francesa, na qual o próprio Rei nega a legitimidade advinda dos seus Dois Corpos. Aliada a outros fatores (econômicos e políticos), a Revolução Francesa iria emergir e, como já afirmado, irá desincorporar o poder. O poder, após as revoluções modernas democráticas, não será ligado a nenhum corpo. O poder seria um lugar simbólico.

O próprio personagem de Hamlet pode ser considerado um indício do indivíduo moderno. Após a Revolução Francesa, "to be or not to be" é a pergunta que possibilita o indivíduo, não ligado a nenhum estamento ou classe, decidir seu próprio futuro. A sociedade deixa de ser vista, organicamente, podendo o indivíduo escolher o que quer ser e quando ser. Nesse sentido, Hamlet aponta em dois indícios da moderna: tanto no plano micro, individual, quanto do ponto de vista macro, acerca da legitimidade do poder na sociedade moderna (que se desvincula da concepção dos Dois Corpos do Rei).

Com efeito, Shakespeare soube captar, melhor do que qualquer outro de seus contemporâneos, a dualidade e o conflito constantes na alma do homem, dividido entre polos opostos - o céu e a terra, o espírito e a carne. Que melhor exemplo do que Hamlet, cogitando entre o ser e o não-ser no famoso monólogo, fascinado por essa maravilha da criação, o homem, e, ao mesmo tempo, preocupado com que sonhos poderá ter depois da morte, ou com a preservação de sua alma imortal? (ROCHA, 2001, p. 14, grifei)

A ideia de um corpo místico é forte. É com base nela que se impossibilitou a deposição de diversos Reis, principalmente no absolutismo monárquico. No entanto, é a partir dela que as revoluções modernas burguesas puderam emergir. É uma ideia forte, portanto, tanto para manter Reis quanto para proporcionar revoluções.

Esses indícios consubstanciam aquilo que será cunhado como a "dupla dimensão da modernidade": o rompimento de valores teológicos medievais, numa ordem universal calcada na divindade, e a retomada de valores greco-romanos.

Assim, esse duplo significado de "moderno" subentende, a um só tempo, um rompimento e uma retomada. Há rompimento em relação aos valores medievais sustentados na crença de uma ordem universal assegurada pela Graça Divina e, portanto, desvinculados da vontade e da ação humanas. Tais valores já não parecem tão absolutos e inabaláveis, e são postos em cheque. A retomada está na adoção e adaptação dos modelos estéticos da antiguidade greco-romana, nos quais a atuação humana é efetivamente valorizada, em oposição aos ensinamentos teológicos medievais. (ROCHA, 2001, p. 14)

Em Hamlet, Shakespeare consegue captar e transmitir formas e manifestações que ilustram uma transição à modernidade. Dicotomias (valores opostos, como profano e sagra-



do, como os "Dois Corpos do Rei") e dualidades (ser ou não ser) refletem a liberdade de ação e pensamento do homem que busca se emancipar e se colocar diante do mundo.

7. Conclusão

Desse trabalho, temos a seguinte conclusão:

1. A teologia medieval se desenvolve a partir das concepções firmadas e proferidas no Concílio Ecumênico de Niceia. A ideia do corpus mysticum, antes relacionada ao sacramento eucarístico, serve, após o sec. XII, para descrever o corpo político da Igreja Católica. Nesse momento, a natureza de Cristo (humana e divina), uma discussão que movimenta o Concílio de Niceia, já é um debate secundário, dando espaço à doutrina corporativista dos Dois Corpos de Cristo.

2. Essa doutrina corporativista é transferida, posteriormente, a entidades políticas seculares, como na sociedade na qual Shakespeare se insere. Essa concepção dos Dois Corpos de Cristo que, a partir de então, torna-se os Dois Corpos do Rei, influencia diversos aspectos da cultura europeia, alguns deles refletidos na obra Hamlet.

3. Hamlet reflete essa teologia medieval, nessa concepção dos Dois Corpos do Rei, ao menos, em quatro momento: no início da peça, com a 1) saudação do sentinela "Vida Longa ao Rei", no momento em que o 2) Rei Claudius reza, 3) no relato do fantasma sobre a morte do Rei Hamlet e, também, na temática do 4) suicídio, que era à época interpretado como um atentado à Deus e ao Rei: Hamlet questiona esse medo que nos impede de tirar nossa própria vida, desafiando a própria noção do corpus mysticum.

4. Shakespeare, portanto, conhecia a noção dos Dois Corpos do Rei e as utiliza em seus enredos, como em Hamlet. Nesta obra, ainda, 150 anos antes das revoluções burguesas, o autor aponta diversos sinais de que a corrupção do Reino da Dinamarca também seria uma podridão na forma com que a teologia medieval sustentava e legitimava o poder do Rei. O reino da Dinamarca está podre, da mesma maneira que a forma com a qual se legitima o poder e sustenta o Rei também está.

Dessa maneira, Hamlet é vanguarda na forma como se percebe o mundo. Ele irá questionar e desafiar as concepções oriundas de uma teologia política medieval, que sustenta o absolutismo. Quando a sociedade e o mundo começam a desafiá-la? Décadas depois, nas revoluções Gloriosa e Puritana e, claro, na Revolução Francesa em 1789 (quase dois séculos depois da publicação da peça). Shakespeare é arte, e a arte sempre será vanguarda em refletir as transformações que começam a emergir no mundo.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Dos dois corpos do rei à democracia burguesa. Esboços - Revista do Programa

de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 16, n. 22, p. 127-138, dez. 2010. ISSN 2175-7976. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2009v16n22p127>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

KANTOROWICZ, Ernst H. Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 125-169.

PORTELLA, Tatiane Oliveira. A violação do corpo do Rei em Macbeth - Miguilim Revista Eletronica do Netlli, v. 3, n. 2, p. 258-162, mai.-ago. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/view/733/697>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

ROCHA, Ana Maria Kessler. A modernidade de Shakespeare. Textura, n. 4, p. 13-18, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/691/502>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

SHAKESPEARE, Willian. Hamlet: Revised Edition. Editora Bloomsbury Arden Shakespeare. Ed. 2, 2016. 688p.

TINEM, Nelci e BORGES, Lucia. Ginzburg e o paradigma indiciário. Disponível em: <<http://www.lppm.com.br/sites/default/files/livros/Ginzburg%20e%20o%20paradigma%20indici%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade, Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.